

de Nova Timboteua/PA, o qual será enviado ao Procurador Geral de Justiça e à Coordenação do Centro de Apoio Operacional respectivo.

Art. 16 – A ata será afixada no átrio do Fórum da Comarca de Nova Timboteua/PA e publicada no sítio eletrônico do MPPA no prazo de 15 (quinze) dias.

Nova Timboteua, 25 de abril de 2018.

HARRISON HENRIQUE DA CUNHA BEZERRA

Promotor de Justiça

Protocolo: 310935

EXTRATO DA PORTARIA Nº 002/2018- MP/14ªPJ/STM

O 14º Promotor de Justiça de Santarém, com fundamento no art. 54, VI e §3º da Lei Complementar Nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO nº 23-CNMP DE 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo Preliminar nº 002/2018- MP/14ªPJ/STM que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Santarém, situada na Avenida Mendonça Furtado, nº 3991, Bairro Liberdade, CEP: 68.040-148 – SANTARÉM – PARÁ – (093) 3512-0400 / 0409 /0410/ 0411. Portaria Nº 002/2018-MP/14ªPJ/STM

Investigado: FRANCISCO ALBERTO PEREIRA DA SILVA

Assunto: Apuração das condições as quais se encontram os menores Deliane Santos da Silva, Adriano Santos da Silva e Adriana Santos da Silva

MAURO MARQUES DE MORAES – 14º Promotor de Justiça de Santarém

Protocolo: 311038

EXTRATO DA PORTARIA Nº 001/2018-MP/15ªPJ/STM

A Promotora de Justiça Titular da 15ª Promotoria de Justiça de Santarém da Infância e Juventude, com fundamento no Art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, VI da Resolução nº 23 – CNMP, de 17/09/2007, torna pública a Instauração do Procedimento Investigatório SIMP nº, que se encontra à disposição na 15ª Promotoria de Justiça de Santarém, situada na Avenida Mendonça Furtado, 3991 – Liberdade CEP: 68.040-050, Santarém/PA, Fone: (93) 3512 0400.

Portaria: 001/2018-MP/15ªPJ/STM.

Reclamados: A COLETIVIDADE

Assunto: Objetivando apurar a entrada de arma de fogo na UASE/FASEPA de Santarém.

MARIA RAIMUNDA DA SILVA TAVARES, Promotora de Justiça.

Protocolo: 310918

EXTRATO DA PORTARIA Nº 010/2018-MPPA/PJSFP

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ, com fundamento nos arts. 127 e 129, II, III e VI da Constituição Federal de 1988; 182, III da Constituição do Estado do Pará de 1989; art. 52 e 54, I da Lei complementar estadual n. 057/2006; e art. 1º da Lei 7.347/1985 e dispositivos da Lei n. 8.429/1992, na forma prescrita na Resolução n. 010/2011 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará, torna pública a instauração do inquérito civil n. 010/2018-MPPA/PJSFP, cujos autos encontram-se disponíveis na sede da Promotoria de Justiça de São Francisco do Pará, situada na avenida Celso Machado, sem número, Fórum Pretor Ruy Zacharias Martyres, Centro, São Francisco do Pará - PA, CEP 68748-000, fone 91 3774-11-84, e-mail: mpsaofranciscodopara@mppa.mp.br. Portaria n. 010/2018-MPPA/PJSFP

Investigados: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ; MARCOS CÉSAR BARBOSA E SILVA; RIZALDO DA SILVA PEREIRA; atual secretário municipal de São Francisco do Pará; presidente do Conselho Municipal do FUNDEB; “KEDMA”; CARLA BRITO SOARES DE OLIVEIRA; VIVYANE DOS SANTOS SOARES; LÍCIA REGINA LIMA S. BITTENCOURT; CÍCERA DE SOUZA CAVALCANTE; ABDENEGO GALVÃO DE LIMA; MARCOS EDUARDO MODESTO CORDOVL; WAGNER MOURA COSTA; CRISTIANE MARIA DE ABREU RODRIGUES; SILVANA MARIA QUEIROZ CAVALCANTE; LILIA CHAVES DE OLIVEIRA e AMON RICHARD DA CRUZ SOUZA

Assunto: Investigação sobre a ocorrência de atos de improbidade administrativa consistentes em diversas contratações irregulares, utilizando os recursos destinados ao FUNDEB, com inobservância às normas jurídicas que regem as contratações públicas e com desvio de finalidade

Paulo Igor Barra Nascimento – Promotor de Justiça

Protocolo: 311281

EXTRATO DA PORTARIA Nº 27/2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da Promotoria de Justiça de Baião/PA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente aquelas previstas nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, além das disposições contidas no art. 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347, de 24.07.1985, e no art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625, de 12.02.1993, dentre outras relacionadas à defesa dos direitos metaindividuais por parte deste Órgão Ministerial, e de acordo com o disposto no art. 2.º, § 7.º, da Resolução n.º 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução n.º 010/2011-CPJ MPPA, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 006/2018-MP/PJB, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Baião, situada na Avenida Getúlio Vargas, 139 - Centro, CEP 68.465-000 - Baião Pará, fone (91)3795-1175.

PORTARIA Nº 27/2018-MP/PJB

Investigado: Sr. Raimundo Lira de Farias

Assunto: A defesa do Patrimônio Público, objetivando a colheita de provas e individualização dos responsáveis, bem como fiscalizar a arrecadação do débito imposto pelo Tribunal de Contas dos Municípios - TCM ao gestor público.

Paula Suely de Araújo Alves Camacho - Promotora de Justiça Titular de Baião-PA.

Protocolo: 310764

EXTRATO DA PORTARIA Nº 003/2018/MP/PJU

A Promotora de Justiça de Ulianópolis, com fundamento no art. 129, da CF/88, art. 26 da Lei nº 8.625/93, art. 52 e art. 54, da Lei Complementar Estadual nº 57/06, e no Art. 4º, Inc. VI, da Resolução nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 003/2018/MP/PJU, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Ulianópolis, situada na Av. do Contorno, nº 278, Bairro Caminho das Árvores, CEP 68.632-000- Ulianópolis/PA.

Portaria Nº 003/2018/MP/PJU

Investigado: Prefeitura Municipal de Ulianópolis.

Assunto: Apurar a ocorrência de improbidade administrativa praticada pela Prefeita Neusa de Jesus Pinheiro nos procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação para a contratação de escritórios de advocacia, nos anos 2017 e 2018, no município de Ulianópolis/PA.

Naiara Vidal Nogueira – Promotora de Justiça

Protocolo: 310804

EXTRATO DO INQUÉRITO CIVIL

Nº 000238-151/2015-4ªPJDPMPMA

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DO 4º CARGO DA PROMOTORIA DE DEFESA DO PATRIMONIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA, Dr. RODIER BARATA ATAÍDE, torna pública a conversão do Procedimento Preparatório em Inquérito Civil nº 000238-151/2015, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo n. 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Portaria de Conversão nº 022/2018 – 4ºPJDPMPMA

Data da Conversão: 03/05/2018

Objeto: Apurar possível ato de improbidade administrativa cometidas por servidores do Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DENTRAN/PA, em razão de eventual prática de crime de advocacia administrativa.

Promotor de Justiça: RODIER BARATA ATAÍDE

Promotoria de Justiça: 4ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa.

Protocolo: 310883

EXTRATO DA PORTARIA Nº 30/2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, através da Promotoria de Justiça de Baião/PA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente aquelas previstas nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, além das disposições contidas no art. 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347, de 24.07.1985, e no art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625, de 12.02.1993, dentre outras relacionadas à defesa dos direitos metaindividuais por parte deste Órgão Ministerial, e de acordo com o disposto no art. 2.º, § 7.º, da Resolução n.º 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público e Resolução n.º 010/2011-CPJ MPPA, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 006/2018-MP/PJB, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Baião, situada na Avenida Getúlio Vargas, 139 - Centro, CEP 68.465-000 - Baião Pará, fone (91)3795-1175.

Portaria Nº 30/2018-MP/PJB

Investigado: Sra. Edna Maria Ramos Costa

Assunto: A defesa do Patrimônio Público, objetivando a colheita de provas e individualização dos responsáveis, bem como fiscalizar a arrecadação do débito imposto pelo Tribunal de Contas dos Municípios - TCM ao gestor público.

Paula Suely de Araújo Alves Camacho - Promotora de Justiça Titular de Baião-PA.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 30/2018

Protocolo: 310853

EXTRATO DA PORTARIA Nº 006/2018-MPPA/PJSFP

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ, com fundamento nos arts. 127 e 129, II, III e VI da Constituição Federal de 1988; 182, III da Constituição do Estado do Pará de 1989; art. 52 e 54, I da Lei complementar estadual n. 057/2006; e art. 1º da Lei 7.347/1985 e dispositivos da Lei n. 8.429/1992, na forma prescrita na Resolução n. 010/2011 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará, torna pública a instauração do inquérito civil n. 006/2018-MPPA/PJSFP, cujos autos encontram-se disponíveis na sede da Promotoria de Justiça de São Francisco do Pará, situada na avenida Celso Machado, sem número, Fórum Pretor Ruy Zacharias Martyres, Centro, São Francisco do Pará - PA, CEP 68748-000, fone 91 3774-11-84, e-mail: mpsaofranciscodopara@mppa.mp.br. Portaria n. 006/2018-MPPA/PJSFP

Investigados: MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ; SR. MARCOS CÉSAR BARBOSA E SILVA; SR. RIZALDO DA SILVA PEREIRA e C. & A. DE SOUZA LTDA.

Assunto: Investigação sobre a ocorrência de ato de improbidade administrativa decorrente da licitação, contratação e execução da obra pública de reforma do prédio sede da Prefeitura das Escolas RAPOSO TAVARES; CÔNEGO INÁCIO MAGALHÃES e SÃO MARCOS, adjudicada à pessoa jurídica C. & A. DE SOUZA LTDA. Paulo Igor Barra Nascimento – Promotor de Justiça

Protocolo: 311268

EXTRATO DA PORTARIA Nº 002/2.018-MPPA/PJSFP

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ, com fundamento nos arts. 129, III da Constituição Federal de 1.988; 182, III da Constituição do Estado do Pará de 1.989; art. 54, I da Lei complementar estadual n. 057/2006; arts. 25, IV e 26 da Lei 8.625/1993 e art. 1º, II da Lei .7.347/1.985, na forma prescrita na Resolução n. 010/2011 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará, torna pública a conversão do procedimento preparatório n. 002/2018-MPPA/PJSFP em inquérito civil, encontrando-se os respectivos autos disponíveis na sede da Promotoria de Justiça de São Francisco do Pará, situada na avenida Celso Machado, sem número, Fórum Pretor Ruy Zacharias Martyres, Centro, São Francisco do Pará - PA, CEP 68748-000, fone 91 3774-11-84, e-mail: mpsaofranciscodopara@mppa.mp.br.

Portaria n. 002/2.018-MPPA/PJSFP

Investigadas: PEREIRA E LIMA COMÉRCIO LTDA. - ME; R. ROCHA DE SOUZA EIRELI – ME; S. L. RODRIGUES NETO – ME; M. DO S. DA COSTA SILVA – ME

Assunto: Ocorrência de ilegalidade consistente no funcionamento das pessoas jurídicas que exploram o comércio de medicamentos sem a presença de responsável técnico por todo o período de funcionamento, em prejuízo à coletividade

Paulo Igor Barra Nascimento – Promotor de Justiça

Protocolo: 311250

EXTRATO DA PORTARIA Nº 009/2017-MP/PA/PJSFP

O Promotor de Justiça de São Francisco do Pará, com fundamento no arts. 52 VI e 54, da Lei Complementar estadual nº 057/06 e nas disposições constantes da Resolução n. 23/2007 do CNMP e art. 9º da Resolução n. 010/2011-CPJ-PA, torna pública a conversão Procedimento Administrativo Preparatório nº 005/2017-MP/PA/PJSFP em Inquérito Civil nº 005/2017-MP/PA/PJSFP, cujos autos encontram-se à disposição na Promotoria de Justiça de São Francisco do Pará, situada na Rua Celso Machado, s/nº, Centro, CEP 68.748-000 – São Francisco do Pará – Fone/Fax: (91) 3774-1184.

Portaria Nº 009/2017-MP/PA/PJSFP

Investigados: MARCOS CÉSAR BARBOSA E SILVA; HANA RASEC BARBOSA E SILVA; MAURÍCIO DE CASTRO; NADIR DO SOCORRO DE MAGALHÃES BARBOSA; LEANDRO FERREIRA BORGES; GENILSON ALESSANDRO SOUZA DE NAZARÉ E JOSÉ JAILSON DE OLIVEIRA REIS

Assunto: Investigação acerca de ocorrências de atos de improbidade administrativa consistentes em admissões ao serviço público municipal, sem concurso público, de parentes do prefeito e vice-prefeito de São Francisco do Pará, práticas denominadas de nepotismo direto e nepotismo cruzado, com infringência aos princípios norteadores da Administração Pública da legalidade, moralidade e impessoalidade e às disposições da súmula vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal

Paulo Igor Barra Nascimento – Promotor de Justiça

Protocolo: 311181

EXTRATO DA PORTARIA Nº 005/2018-MPPA/PJSFP

O PROMOTOR DE JUSTIÇA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ, com fundamento nos arts. 127 e 129, II, III e VI da Constituição Federal de 1988; 182, III da Constituição do Estado do Pará de 1989; art. 52 e 54, I da Lei complementar estadual n. 057/2006; e art. 1º da Lei 7.347/1985 e dispositivos da Lei n. 8.429/1992, na forma prescrita na Resolução n. 010/2011 do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Pará, torna pública a instauração do inquérito civil n. 005/2018-MPPA/PJSFP, cujos autos encontram-se disponíveis na sede da Promotoria de Justiça de São Francisco do Pará, situada na avenida Celso Machado, sem número, Fórum Pretor Ruy Zacharias Martyres, Centro, São Francisco do Pará - PA, CEP 68748-000, fone 91 3774-11-84, e-mail: mpsaofranciscodopara@mppa.mp.br. Portaria n. 005/2018-MPPA/PJSFP

Investigado: JOSÉ MARIA MAIA BARBOSA e CONSTRUTORA PLENA EIRELLI – EPP

Assunto: Investigação sobre a ocorrência de ato de improbidade administrativa decorrentes de irregularidades da licitação ou sua dispensa, contratação e execução da obra pública de reforma do prédio sede da Prefeitura de São Francisco do Pará, adjudicada à pessoa jurídica CONSTRUTORA PLENA EIRELLI – EPP.

Paulo Igor Barra Nascimento – Promotor de Justiça

Protocolo: 311223